

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SIOPS (CT/SIOPS).

Às 9h32 do dia 02 de Fevereiro de 2016, na sala 479 (sala de reunião do DESID), localizada no Edifício Anexo do Ministério da Saúde, Ala B, 4º andar, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – CT/SIOPS, sob a coordenação do Sr. Carlos Octávio Ocké-Reis, Diretor do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (DESID/SE/MS). A Sra. Maria Eridan, coordenadora geral substituta da CGES/DESID e Coordenadora do SIOPS, passou a coordenar a reunião após a ausência do Sr. Diretor Carlos Octávio Ocké ocorrida após longa a discussão do item 3 da pauta às 10:35 hs.

Procedeu-se a entrega do material de apoio composto de: a) Pauta da 90ª Reunião da CT/SIOPS; b) Cópia da minuta da Ata da 89ª Reunião da CT/SIOPS; c) Quadro situacional de entrega dos anos de 2001 até 6º bimestre de 2015, referente à alimentação do SIOPS pelos estados, Distrito Federal e municípios; d) Situação dos entes condicionados pela não aplicação do mínimo constitucional em saúde no exercício de 2015; f) Proposta de calendário de eventos SIOPS 2016.

Com a palavra, a Sra. Maria Eridan Pimenta Neta, coordenadora geral substituta da CGES/DESID, abriu a reunião informando sobre o primeiro ponto da pauta, dando dois minutos para a sua apreciação.

Ponto de Pauta: **Discussão e aprovação da Ata da 89ª CT/SIOPS.**

A Sra. Maria Eridan pôs em discussão e aprovação a Ata da 89ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS, ocorrida em 15/12/2015, submetida previamente à análise dos membros da CT/SIOPS. A Ata foi aprovada em todos os seus termos sem questionamentos ou observações.

Ponto de Pauta: **Travamento dos bimestrais no SIOPS.**

A coordenadora do SIOPS, Maria Eridan, explica a situação sobre o travamento dos bimestres no sistema SIOPS, que sempre foi discutido nas reuniões da CT de fevereiro de 2014 e de 2015, em que não houve o travamento dos bimestres, ou seja, os entes federativos podem transmitir os bimestres seguintes mesmo que não tenham transmitido o bimestre anterior, ocorrendo que alguns entes preenchem e homologam somente o sexto bimestre, pois é o que indica o percentual aplicado no exercício. Não há penalidade para quem não homologa os bimestres do ano, embora seja obrigatório. O Prof. Elias Jorge faz colocações de que para o controle social, o travamento dos bimestres é apropriado. A Viviane/CONASS explica que o travamento dos bimestrais, vai criar um grande problema na elaboração do 6º bimestre e na sua homologação, pois ficarão acumulados os bimestres anteriores e cada ente terá que preencher todos os bimestres para liberar o seguinte, agravado pela situação do sistema atualizar somente após 24 horas de cada evento ocorrido, trazendo muitos problemas para jan/fev/mar/2017. A Claudia/STN informa que o RREO é bimestral, conforme a LRF, e a parte relativa à saúde é recebida do SIOPS; acrescentou que em alguns municípios têm apresentado o RREO incompleto, pois não consta a parte da saúde e da educação. O Diretor do DESID – Carlos Ocké faz a colocação de se trabalhar pelo consenso institucional e pela mudança do marco legal, incluindo a instrução aos gestores e o tempo para alterar as portarias. Depois alertou que a situação dos entes é bastante instável e problemática, que é ano de eleição municipal e que deve ser um ano difícilimo, principalmente para os municípios, portanto temos que focar no consenso institucional. Como encaminhamento para a próxima reunião da CT/SIOPS propõe

que seja apresentada uma proposta mais objetiva e completa para análise e decisões na próxima ou na seguinte. Informou que tinha uma reunião no Gab/MS e precisaria se ausentar.

A coordenadora do SIOPS – Maria Eridan passa a coordenar a reunião. A Carla Tardivo/Ass. Jur/DESID informa que a obrigação já está na Lei, e que os órgãos de controle interno e externo que devem atuar, não havendo necessidade de alterar portarias, pois a alteração seria para trazer para o Ministério da Saúde - MS a responsabilidade do travamento, que é do Ministério da Fazenda - MF pelo RREO. O SIOPS poderia dar o apoio e disponibilizar as informações para o MF que tem a competência regimental para esse tipo de controle. As discussões e colocações continuaram entre os participantes, com sugestões e considerações sobre o assunto. A coordenadora do SIOPS fez o encaminhamento de apresentar uma proposta de notificação automática a ser disparada aos entes quando não houver a alimentação do bimestral. O texto da notificação deverá ser apresentado na próxima reunião da CT/SIOPS.

Ponto de Pauta: Constituição de Grupo de Trabalho para Acompanhamento de Restos a Pagar dos Entes da Federação.

A coordenadora do SIOPS, Maria Eridan, apresentou o assunto e o que foi debatido na reunião anterior em relação aos restos a pagar, sendo que os da União a COFIN/CNS já realiza o monitoramento e que o grupo seria para levantar e analisar os dados dos estados e municípios, conforme foi definido na última reunião da CT/SIOPS. Ocorrem colocações dos representantes do CONASEMS, do CONASS, da Asses.Jur DESID, da CPCN/DESID, e outros representantes, ficando o encaminhamento final de que, como não houve consenso sobre o grupo de trabalho, convidar um membro da COFIN/CNS para fazer uma apresentação sobre os RP da União na próxima CT/SIOPS, sendo sugerido o nome do Francisco Fúncia, consultor da COFIN. O convite será feito à pessoa indicada e caso não possa, que a COFIN indique outro representante para a apresentação.

Ponto de Pauta: Informes gerais:

A Coordenadora do SIOPS, Maria Eridan apresentou os pontos de informes.

a) Disponibilização e Alimentação dos Sistemas Bimestrais 2015;

Informou que as versões de preenchimento do sistema municipal e estadual do sexto bimestre de 2015 ficaram disponíveis na página do SIOPS nos dias 21 e 23/12/2015 e as versões para transmissão foram disponibilizadas em 14 e 15/01/2016, respectivamente. Quanto à alimentação, apresentou uma tabela demonstrando que para o 6º bimestre de 2015 apenas 23,4% alimentaram o sistema, o que contabiliza apenas 1.305 municípios; e somente 5 dos estados também alimentaram o SIOPS. A notificação automática foi disparada e direcionada para o e-mail do Secretário de Saúde, para o prefeito/governador e para o responsável pelo envio dos dados, lembrando-os que há um prazo de 30 dias a contar da data da notificação para declarar os dados do 6º bimestre, sem que incorra na penalidade de suspensão das transferências constitucionais. Foi apresentado um comparativo das datas das Câmaras Técnicas de fevereiro de cada ano: em 2014 a alimentação era próxima a 10% de alimentação, em 2015, 15%; e, agora, em 2016, 24%.

b) Situação das medidas administrativas da LC nº 141/2012 (Suspensão e Redirecionamento das Transferências Constitucionais);

Em relação à situação das penalidades, foram apresentadas as situações de 2014, em que somente um município permanecia ainda condicionado, município de Piranhas-AL. A coordenadora do SIOPS apresentou um panorama da situação de entrega relativo ao período de 2001 até o 6º bimestre de 2015. Em relação às medidas administrativas, informou que no caso

do ano de 2015, ainda há cinco municípios condicionados, que declararam que não atingiram o percentual, indicando que 4 municípios não atingiram os 15% de aplicação em ASPS. O outro município de Lagoa do Tocantins - TO declarou ter aplicado 15,65%, entretanto informou que sua Lei Orgânica indica um mínimo de 16,49%. Esta informação será verificada e esclarecida diretamente com a administração municipal para apurar a sua veracidade e caso tenha sido um erro de informação ou preenchimento, o município deverá retransmitir os dados de maneira a corrigir a informação. Desta feita, sairá da lista dos municípios condicionados.

c) Informações sobre o XXVIII Seminário do NEASIOPS:

Foi esclarecido que por insuficiência orçamentária não foi possível realizar o XXVIII Seminário em 2015, e assim está prevista a sua realização em 29 e 30 de março de 2016 aqui em Brasília, tendo sido emitidos os convites para as instituições e os NEASIOPS. Será na semana seguinte a semana santa.

d) Calendário de Oficinas e Eventos em que a CSIOPS está inserida (Ano 2016);

A coordenadora Maria Eridan informou que foi distribuído a todos o documento indicando os eventos em que a CSIOPS participará. No período de 15 a 19 de fevereiro haverá o curso sobre ATP-STN, que visa formar multiplicadores sobre a área de contabilidade, promovido pela STN/MF. Em 17 e 18 de fevereiro haverá o Seminário do COSEMS aqui em Brasília, com os COSEMS de cada estado, já estando indicados para participação da CSIOPS o Paulo Malheiro e a Célia. Em março haverá a V Semana Secofem que o Paulo estará representando. Conforme já informado, nos dias 29 e 30 de março será o XXVIII Seminário dos NEASIOPS. Em abril, de 18 a 20 será o Congresso Norte e Nordeste do CONASEMS em Palmas/TO. De 09 a 11 de maio haverá a Marcha dos Prefeitos, em que está previsto, ainda sem confirmação, que haverá stand do SIOPS e/ou DESID. Em junho haverá o Congresso Nacional do CONASEMS, de 01 a 04 em Fortaleza/CE.

e) Disponibilização da Nota Técnica Nº 121/2015 DESID sobre Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) no site do SIOPS.

Ainda com a palavra, a Sra. Maria Eridan, dá novo informe, esclarecendo que a Nota Técnica Nº 121/2015/DESID/SE/MS, foi disponibilizada na página do SIOPS, para os Tribunais e/ou qualquer cidadão acessar e consultar as informações. A Nota Técnica informa que às Despesas de Exercícios Anteriores podem entrar no computo do mínimo, sendo consideradas despesas com ASPS, se ainda não tiverem sido computadas em exercícios anteriores.

A Sra. Maria Eridan explanou que, para ser considerada ASPS, qualquer despesa deverá atender aos princípios da Lei Complementar 141/2012. E a DEA é apenas uma forma de executar o orçamento, porque a despesa de exercício anterior pode ter sido empenhada em algum exercício e pode ter sido cancelada. Se for empenhada, entra no cômputo do mínimo, mas se aquele empenho chegou a ser cancelado, então ele saiu do cômputo do mínimo. Dessa forma, deverá ter uma nova inserção no novo exercício e assim a DEA deverá ser ASPS do exercício corrente. Entretanto, se a despesa for empenhada e não cancelada será inscrita em Restos a Pagar.

f) Reforma Tributária e Beneficiômetro:

O professor Elias Jorge fez colocações sobre a reforma tributária, situação e sugestões sobre a CPMF e sobre sua própria proposta de CFMF – Contribuição Federativa sobre Movimentação Financeira, e possibilidades de aumento dos recursos para a saúde com mudança de paradigma, ficando de acompanhar os desdobramentos que poderão ocorrer.

Encaminhamentos Finais

Colocar na pauta de abril:

- Disponibilização e Alimentação dos Sistemas Bimestrais 2015 e 2016;
- Situação das medidas administrativas de Suspensão e Redirecionamento das Transferências Constitucionais;
- Apresentar proposta de Notificação;
- Convidar a COFIN/CNS para fazer a apresentação dos RP da União;

A Sra. Maria Eridan agradeceu a presença e convidou os participantes para a próxima reunião da CT/SIOPS que ocorrerá em 05/04/2016.